

CADASTRE-SE

FALE CONOSCO

Migalhas

Quarta-feira, 18 de março de 2015

Pesquisa

Estudo projeta impactos econômicos do novo Código Comercial

Empresas podem gastar até R\$ 137 milhões por ano na Justiça caso a proposta seja aprovada.

terça-feira, 27 de maio de 2014

Com a proposta de mensurar quantitativamente os impactos causados pela eventual aprovação do novo Código Comercial, a professora de economia e pesquisadora **Luciana Yeung**, do **Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa**, lança a primeira fase de um [estudo](#) que identifica possibilidades de custos significativos para todos os setores caso o [PL 1.572/11](#) seja aprovado.



De acordo com o estudo, empresas podem gastar de R\$ 82 mi a quase R\$ 137 mi por ano na Justiça, caso a proposta seja aprovada. Isso só no período de consolidação da nova lei, sem considerar a limitação na capacidade dos tribunais de absorver essa quantidade adicional de processo e os custos adicionais derivados à sociedade.

A expectativa é que haja, em média, de 9,1 mil e 15 mil litígios adicionais, por ano, em todo o país com a implantação do novo Código Comercial. Luciana Yeung alerta que o trabalho não cobre todos os detalhes da proposta em avaliação, mas sim os temas que poderiam gerar mais discussão judicial e insegurança jurídica, dada a abertura semântica do texto legal.

Um dos parâmetros usado foi a lei de falências, aprovada há quase dez anos, "*período este que se leva para adaptação e transição após uma mudança de lei. Trata-se de uma lei que igualmente atingiu as empresas, mas de dimensão menor, com apenas 201 artigos, e sendo mais pontual*".

De acordo com a pesquisadora, nos nove primeiros anos de vigência, em algumas das unidades de federação economicamente mais significativas do país, a lei de Falências gerou mais de 23.100 processos judiciais na Justiça Estadual. Já o novo Código Comercial tem amplitude muito maior do que a lei das Falências. Esta última não tem mais do que 30% do número de artigos do PL apresentado na Câmara, e apenas 18% do número do projeto do Senado.

"Ou seja, é de se esperar que os impactos do Novo Código Comercial nos tribunais nos anos durante a adaptação, até que haja a pacificação no seu entendimento, sejam muito maiores do que os referentes à Lei das Falências".

O estudo contou com a colaboração do professor Luciano Timm, especializado em estudos sobre a relação entre Direito e Economia e ex-presidente da ABDE - Associação Brasileira de Direito e Economia. Para ele, "*as discussões entre os juristas acerca dos projetos de lei tenderam a ser muito dogmáticas e centradas em aspectos textuais das normas, sem que ninguém ainda tenha tentado calcular o impacto econômico da mudança de legislação, que acaba sendo o aspecto definitivo para se decidir pela sua aprovação ou não no Congresso*".



Advogados discutem o novo Código Comercial

Comissão encarregada do novo Código Comercial define agenda de trabalho

Especialistas manifestam-se contra Código Comercial

Instalada comissão que irá elaborar anteprojeto do novo Código Comercial

O Antiprojeto de CCom – A praga que se propaga no projeto de CPC*,**

Erasmus Valladão Azevedo e Novaes França

Comissão do novo Código Comercial retoma debates

Câmara prioriza Código Comercial e adia análise do CPP

Ainda o Antiprojeto de Código Comercial

Erasmus Valladão Azevedo e Novaes França

A inefável função social do contrato e o projeto de Código Comercial

Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa

Comentar

Enviar por e-mail

[voltar para o topo](#)